



Irineu Nogueira chamou funcionária de padaria de 'negrinha'

Ex-prefeito de Itatiaia condenado por injúria racial; cabe recurso

O ex-prefeito de Itatiaia, Irineu Nogueira, foi condenado pela 2ª Vara Criminal de Resende por injúria racial no caso, ocorrido em 2023, em que ele é acusado de chamar a funcionária de uma padaria, em Resende, de “aquela negrinha”. A sentença foi dada pelo juiz Diego Ziemiecki, conforme noticiou a coluna do jornalista Ancelmo Gois, nesta segunda-feira, dia 21. Irineu ainda pode recorrer da decisão, que prevê prestação de serviços à comunidade (inicialmente ele teria que cumprir pena de 2 anos e seis meses de prisão), além de pagar 10 salários mínimos para uma entidade que faça combate de preconceito racial. Ainda segundo o juiz, ele deve pagar à vítima 10 salários mínimos por danos morais. Na época, Irineu Nogueira foi preso em flagrante pelo delegado Michel Floroschk.

Caso com repercussão nacional

A Câmara Municipal chegou a aprovar abertura de impeachment contra o então prefeito de Itatiaia, mas o processo não foi adiante. A defesa de Irineu obteve liminar para suspender o pedido. O caso envolvendo o ex-prefeito e a funcionária a padaria aconteceu em 17 de outubro e teve repercussão nacional. Tudo porque ele se irritou ao se servir sozinho na padaria e ser alertado pela funcionária que isso poderia ser feito. O prefeito começou a falar palavrões e chamou a empregada de “negrinha”.



Vereadores chegaram a pedir impeachment de Irineu Nogueira

Câmeras de segurança gravaram ataques

E mais: o fato envolvendo o ex-prefeito de Itatiaia, Irineu Nogueira, e a funcionária da padaria, na cidade vizinha de Resende, foi gravado pelas câmeras de segurança do estabelecimento comercial. As imagens foram levadas para as mãos do delegado Michel Floroschk. Embora não tivessem áudio, as imagens mostravam o prefeito afrontando a funcionária, segundo informações divulgadas pela própria polícia. O caso foi registrado na delegacia pela vítima, logo depois que Irineu deixou a padaria.

Por um fio de ficar inelegível

Se o pedido de impeachment tivesse prosseguido e sido aprovado pela Câmara Municipal de Itatiaia, Irineu Nogueira poderia ter ficado inelegível por 8 anos, a contar do término do mandato para o qual foi eleito em eleição suplementar e ficou até 2024. Ele chegou a disputar a reeleição e acabou sendo derrotado por Kaio Márcio, atual prefeito do município.

Audiência pública

A Câmara de Angra dos Reis, por meio do presidente Jorginho Brum e do presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, vereador Herlinho do Sindicato, anunciaram que haverá uma Audiência Pública de Avaliações das Metas Fiscais na próxima terça (29). A demonstração acontece no Plenário Presidente Benedito Adelino, às 14h.

Audiência pública II

Ainda, na segunda-feira (28), às 14h, também haverá a Audiência Pública de Prestação de Contas da área da saúde de Angra dos Reis. O objetivo é realizar uma demonstração transparente das ações executadas e dos serviços prestados à população ao longo do 2º quadrimestre do exercício de 2026, em cumprimento a legislação vigente.

Conscientização

Será votado na Câmara Municipal de Volta Redonda o Projeto de Lei nº 017/2026 que dispõe sobre a criação do Dia Municipal de Enfrentamento ao Feminicídio em Volta Redonda. A proposta, sob autoria da vereadora Carla Duarte, visa promover ações de conscientização, enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher.

Demolição de escola

O prefeito de Pirai, Luiz Fernando Pezão, teve uma reunião importante nesta segunda-feira (21) com sua secretária estadual de Educação, Luciana Martins, sobre uma autorização do Governo do Estado para demolir a Escola Rosa Carelli e realizar a construção de uma nova unidade preparada para horário integral.

Investimento

“É um projeto importante para a educação de Pirai e que vai trazer uma estrutura muito melhor para nossas crianças e jovens. Educação é investimento no futuro de Pirai”, afirmou o prefeito Pezão. O encontro também contou com Juciélma Lima, responsável pela pasta na cidade, e Sheila Valle, da secretaria de Planejamento.

‘Firme e concorrendo’

O ex-prefeito de Barra do Pirai e atual candidato a deputado federal, Mario Esteves, foi até suas redes sociais para desmentir informações de que sua candidatura estaria indeferida. “O TRE-RJ deferiu meu registro por unanimidade. Sigo firme e concorrendo. A Justiça reconheceu que era mentira e mandou tirar do ar”, disse.



Políticos pedem apuração para constatar se houve alguma irregularidade

Fevre apura suposta violação de provas em Concurso Público

Candidatos denunciaram que malotes das provas vieram com lacres abertos

Por **Ana Luiza Rossi**

AUTORIDADES SE MANIFESTAM

Uma suposta violação do lacre do malote de provas que foram aplicadas durante Concurso Público da Saúde de Volta Redonda foi denunciado por candidatos neste domingo (20). Em vídeos publicados nas redes sociais, os participantes do certame questionaram os procedimentos que foram adotados para recebimento das provas.

Procurada pelo Correio Sul Fluminense, a Fundação Educacional de Volta Redonda (Fevre) - responsável pela seleção - informou que a Comissão Organizadora diante do ocorrido irá se reunir para entender a situação e, posteriormente, se pronunciar oficialmente por meio do site do concurso.

O Concurso Público nº 003/2026 para a Secretaria Municipal de Saúde tinha como principal objetivo preencher vagas e realizar formação de cadastro de reserva para enfermeiro e técnico de enfermagem, com total de 355 vagas distribuídas para os dois cargos.

As remunerações previstas no edital seriam o salário de R\$ 1.621,00, além de auxílio alimentação (R\$ 350,00), gratificação social (R\$ 200,00) e outras previstas em lei.

O vereador Raone Ferreira (PT), se manifestou em suas redes sociais sobre a situação e que irá protocolar um ofício para cobrar questionamentos sobre o caso, inclusive, na Justiça se for necessário.

- Isso é absurdo. Não pode toda prova que temos da Prefeitura de Volta Redonda ter algum problema, seja com provas duplicadas, mudanças de horário. Essa prova acontece para acabar com os RPAs no município após uma série de denúncias que fizemos. Vamos acabar com esse excesso de comissionados - disparou.

O deputado estadual Jari Oliveira (PSB) também protocolou um ofício para solicitar informações sobre o ocorrido. O parlamentar também pede acesso à ata de ocorrência e aos demais registros produzidos durante a aplicação da prova, além de informações sobre o transporte, o recebimento e a conferência dos malotes.

- Não estou fazendo nenhum julgamento antecipado sobre o que aconteceu. A situação como essa precisa ser esclarecida. Os candidatos se prepararam, estudaram e confiaram que a prova seria realizada dentro de todas as condições de segurança e igualdade - afirmou Jari.